

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

30 DE SETEMBRO DE 2014

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A
30 DE SETEMBRO DE 2014

No dia trinta de setembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, na Delegação dos Serviços Municipais em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Proposta de aprovação do Regulamento do Sistema da Indústria Responsável (SIR);
- 4) Pedido de autorização para celebração de contrato de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Viana do Alentejo.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão tendo procedido de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, na qualidade de segundo secretário;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- José Luis Potes Pacheco;
- José Fernando Nazaré Pereira;
- Manuel Jorge de Matos Rafael;
- Maria Antónia Leal Boteta Gomes;
- Helena Isabel Barros Torrão;
- Joaquim António Vilalva Teixoeira;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- João Miguel Sitima dos Anéis;
- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- Marta Maria Marcos Bagão;
- Luis Miguel Lopes Merca;
- Catarina Maria Lopes Carvalhinho Rosado.

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes os senhores Vereadores João Pereira, Paulo Manzoupo e João Penetra.

Nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente da Assembleia, a pedido do senhor Presidente da Câmara, propôs a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos:

- 5) Pedido de autorização à Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais decorrentes da fiscalização da Empreitada de Reutilização do Paço dos Henriques, Capela de Nossa Senhora da Conceição e Jardins, em Alcáçovas.

A Assembleia, por unanimidade, reconheceu a urgência de deliberação sobre este assunto e autorizou a inclusão do mesmo na ordem de trabalhos.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, tendo salientado o Relatório semestral elaborado pelo Revisor Oficial de Contas do Município, o qual esclareceu resumidamente. Salientou também o Relatório elaborado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), sobre a qualidade da água para consumo doméstico, tendo-se constatado que só 10% dos Municípios apresentam a qualidade da mesma a 100%, nos quais se engloba o Município de Viana do Alentejo. A este propósito o senhor Presidente da Assembleia deu os parabéns à Câmara Municipal, extensivos aos técnicos responsáveis pela gestão da água.

No período de “antes da ordem do dia” e nos termos do n.º 2 do artigo 38.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi aprovada com as abstenções dos membros Sara Pajote, Helena Torrão e Manuel Rafael, a ata relativa à sessão ordinária de 27 de junho de 2014.

Ainda neste período o membro Helena Torrão perguntou ao senhor Presidente da Câmara porque é que terminou a Oficina da Criança e também em que moldes é que vai ser dado o apoio à família.

O senhor Presidente, sobre este assunto, disse remeter para o que já foi dito sobre o mesmo, particularmente na reunião de Câmara de 10 de setembro corrente. Referiu mais uma vez que a Oficina Aberta não fechou, o serviço é que é agora oferecido noutra local, com muito melhores condições físicas que é o Centro Escolar. Continuou lembrando que existem relatórios internos dos serviços de apoio à Oficina, nos quais é mencionada a manifesta falta de condições do referido espaço – subpalco do Cineteatro. Adiantou, no entanto, que o encerramento da Oficina se deve a vários fatores, nomeadamente ao contexto de crise que se atravessa e a necessária contenção de despesas. Referiu que a oferta dos serviços que eram assegurados pela Oficina da Criança (que funcionava no subpalco do Cineteatro) ocorre agora no Centro Escolar, à mesma hora, ou seja, no período entre as 17:30 horas e as 18:30 horas prestado pelo pessoal do Município que se encontra a trabalhar no Centro Escolar. Referiu ainda o senhor Presidente que se irá implementar o pagamento dos utilizadores, o qual será o seguinte: Os beneficiários do escalão A da Ação Social Escolar pagarão 5,00 € por cada período escolar; os beneficiários do escalão B pagarão 10,00 € por cada período; e os que não beneficiam da Ação Social Escolar pagarão 20,00 € por cada período escolar.

O membro Helena Torrão questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o seguinte:
- Se com a atual estrutura o serviço melhorará?

- Quem é que vai tratar das crianças?

- Para quem será o dinheiro a pagar pelos utilizadores... ficará afeto ao Agrupamento?

Em relação à intervenção deste membro, o senhor Presidente da Assembleia referiu que, de futuro, cada membro deverá apresentar todas as suas questões de uma só vez, respondendo o senhor Presidente da Câmara a todas no final de cada intervenção.

O senhor Presidente da Câmara, em relação às questões colocadas pelo membro Helena Torrão, referiu, quanto à questão de que se o serviço melhorará, que, com as condições existentes no Centro Escolar, tudo indica que o serviço melhorará. Quanto à questão de quem é que vai tratar das crianças referiu que o apoio às crianças será prestado pelo pessoal do Município que lá se encontra a trabalhar. Sobre a questão de para quem ficará o dinheiro o mesmo ficará para o Município que o aplicará na área da Educação. Como se sabe, os custos que o Município tem com a área da Educação são muito para além das suas competências, ou seja, o montante despendido anualmente é muito superior ao que recebe do Poder Central no âmbito da delegação de competências nesta área.

Ainda no período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Câmara felicitou o membro Manuel Rafael, pela sua recente eleição a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Viana do Alentejo.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período destinado à participação do público, tendo-se verificado a intervenção do membro Helena Torrão acerca da Estrada da Quinta de Santa Maria, a qual se encontra bastante degradada e com muita falta de iluminação.

O senhor Presidente da Câmara referiu que, como é do conhecimento geral, decorreram naquela Estrada os trabalhos de execução da nova conduta de água entre Viana e Alcáçovas, da responsabilidade da empresa AgdA - Águas Públicas do Alentejo, tendo os mesmos danificado a estrada mais que o previsto. Adiantou o senhor Presidente que a referida empresa já havia sido contactada no sentido de procederem à reposição do betuminoso, o que acontecerá nas próximas semanas, dependendo das condições meteorológicas. Sobre a falta de iluminação na mesma, disse o senhor Presidente que, em conjunto com a EDP, se desligaram, fora da malha urbana, algumas luminárias, com o intuito de reduzir custos. No entanto, as luminárias foram desligadas alternadamente (uma sim, uma não). Caso haja várias desligadas seguidas é porque estarão fundidas e deverá contactar-se a EDP nesses casos. Ainda no que diz respeito à iluminação pública fora do perímetro urbano, em sua opinião, a mesma deve cingir-se apenas ao essencial, tendo em conta o contexto atual. Por outro lado, o senhor Presidente da Câmara referiu que tem algumas dúvidas quanto à utilidade das referidas luminárias no caso em que não há circulação de peões.

O membro José Luis Pacheco, a este propósito, disse que, no seu entender, muita da iluminação pública no espaço rural não se justifica referindo, como exemplo, o seu caso, pois vive numa horta e não vê necessidade do Município colocar iluminação nessa estrada.

O membro Nuno Grave, em relação ao património edificado no concelho, destacou o trabalho de parceria entre a Câmara Municipal de Viana do Alentejo e a Fábrica da Igreja Paroquial

de Alcáçovas, a qual se candidatou recentemente a fundos comunitários para a Reabilitação da Igreja Matriz daquela freguesia. Referiu aquele membro que lamenta que a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo não trabalhe como a Fábrica da Igreja Paroquial de Alcáçovas, no sentido de também se candidatar a fundos comunitários para Reabilitação do Santuário de Nossa Senhora D'Aires e toda a sua envolvente, preferindo manter uma permanente dependência da Câmara Municipal de Viana do Alentejo para qualquer ação de conservação, como tem acontecido até aqui. Hoje repara-se uma porta, amanhã uma janela, depois solicita-se uma lata de tinta, ou seja, continua-se a trabalhar como se trabalhava há 20 anos atrás. Referiu que esta forma de agir está desatualizada, nomeadamente por duas razões: A primeira porque este elemento do nosso património edificado pode ser auto sustentável e a segunda porque devemos ter a consciência de que estamos a falar de um Monumento Nacional, ou seja, temos de ter muito cuidado como são feitas essas intervenções, dado que existem leis que as regulamentam.

Disse ainda este membro que em 2012 foi convidado para fazer parte de um grupo de pessoas, com a finalidade de auxiliar na gestão do Santuário, convite esse que aceitou. Posteriormente e sempre com o conhecimento e aval da Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo, começou por planear uma série de reuniões, com o intuito de transmitir as intenções futuras e envolver várias Entidades e Instituições, para que, em conjunto, fosse elaborado um projeto de gestão e valorização para o Santuário de N.ª. S.ª. D'Aires, projeto esse que se denominava "Santuário de Nossa Senhora D'Aires - 2020".

A este propósito, referiu ainda o membro Nuno Grave que foi feita uma primeira reunião com a Câmara Municipal de Viana do Alentejo e no seguimento das reuniões agendadas, no dia 9 de Julho de 2012, a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo solicitou uma reunião com a Direção Regional da Cultura do Alentejo e em representação da Dr.ª Aurora Carapinha, estiveram presentes, a Dr.ª Ana Maria Borges e a Dr.ª Ângela Barrigó. Nessa reunião e para além das intenções transmitidas pela Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo às representantes da Direção Regional da Cultura do Alentejo, foram reconhecidas as necessidades de intervenções para restauro e pintura mural na Igreja, bem como a reparação de janelas e caiação dos espaços interiores. As mesmas representantes da Direção Regional da Cultura do Alentejo, decorrendo das exigências do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho, recomendaram a elaboração de um relatório prévio com o estudo e anomalias existentes, para posterior proposta de intervenção.

Referiu também este membro que, decorrendo de uma reunião com o Dr. Amado, em representação da Associação Terras Dentro, foi também efetuado um relatório de intenções, com a finalidade de uma possível candidatura ao PRODER. Nessa reunião foi transmitido que o projeto do "Santuário de Nossa Senhora D'Aires – 2020", poderia ser dividido ainda em dois, com um financiamento possível até 200.000€ cada, nomeadamente quanto à Reabilitação da Casa dos Romeiros e execução de um espaço interpretativo, bem com a inventariação e conseqüente intervenção de restauro e conservação de todo o espólio, que integra o Santuário.

Disse ainda o membro Nuno Grave que no dia 8 de Fevereiro de 2013, reuniram na Câmara Municipal de Viana do Alentejo, a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo e o Prof. João Carlos Brigola, em representação da Universidade de Évora, tendo sido debatida a importância de um envolvimento cada vez mais alargado de Instituições e Entidades, a nível local e regional, para o avanço do projeto "Santuário de Nossa Senhora D'Aires 2020", a importância da Universidade de

Évora na integração deste projeto e as possíveis formas de integração da mesma, na elaboração de vários projetos de especialidade, destacando-se a programação museológica. Foram ainda discutidas estratégias e formas de angariar fundos e apoios para o referido projeto. Referiu que, ainda no seguimento das reuniões agendadas, foram também feitas mais duas reuniões. Uma com a Arquiteta Estela Cameirão, responsável pelo Gabinete de Arquitetura e Património da Arquidiocese de Évora e uma outra com o Senhor Arcebispo D. José Alves. Em ambas as reuniões foi transmitido o que estava a ser feito, as intenções futuras e as entidades já envolvidas no projeto, destacando-se a reunião com o Senhor Arcebispo D. José Alves que demonstrou uma grande receptividade e interesse em levar por diante o projeto, tendo sido dada “luz verde” para se avançar com o mesmo. Nesta mesma reunião, foi referido surpreendentemente por parte de um dos elementos do grupo “Amigos do Santuário”, que o mesmo não estaria na disposição em avançar com tal projeto, justificando que, no futuro, não queria ser acusado de colocar a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo numa grave situação financeira.

Referiu o membro Nuno Grave que, decorrente de todas as reuniões efetuadas, foram delineadas as intenções do projeto e o respetivo planeamento de ações a serem tomadas entre 2012 e 2020. Este projeto de gestão e valorização para o Santuário de Nossa Senhora D’Aires, tinha como principais objetivos, a proteção e a valorização de todo o imóvel e respetivo espólio, contribuir para uma melhor gestão e utilização, garantindo as bases para uma gestão sustentável e assegurando a sua transmissão às gerações futuras. Para o Santuário de Nossa Senhora D’Aires, em Viana do Alentejo, perspetivavam-se assim um conjunto de ações, faseadas, e cuja implementação se pretendia que fosse materializada através de várias parcerias entre entidades e instituições. Assim, numa primeira fase pretendia-se que, nos locais não visitáveis (piso superior e anexos) se procedesse a uma intervenção, a qual consistia na realização de obras de mera manutenção/conservação, raspagens de paredes no piso superior para posterior caiação e ainda, no piso superior, o restauro de janelas, portadas e janelas de sacada. Neste contexto, o membro Nuno Grave referiu que teve conhecimento que alguns destes trabalhos foram executados por trabalhadores da Câmara Municipal. Continuou este membro referindo que, nos anexos, (antigas casas dos romeiros) pretendia-se que fossem removidos lixos e outros materiais, com o objetivo de os desobstruir e limpar. Numa segunda fase pretendia-se reutilizar os espaços vazios. Esta fase seria dividida ainda em 3 fases distintas: Numa primeira fase, utilizar as salas no piso superior para exposições temáticas e temporárias. Numa segunda fase, utilizar a sala do coro para um espaço interpretativo. Por último, utilizar os anexos (antigas casas dos romeiros), para um polo de turismo religioso e de apoio aos peregrinos. Numa terceira fase, pretendia-se que fosse feita uma intervenção de restauro/conservação no interior da igreja e posteriormente a caiação do exterior do Santuário. Na segunda e terceira fase equacionava-se a colaboração de várias entidades, a saber, a Universidade de Évora, a Fundação Eugénio de Almeida, a Arquidiocese de Évora, a ERT do Alentejo e a Associação Terras Dentro. Referiu ainda que, no que concerne à envolvente, pretendia-se que a Câmara Municipal de Viana do Alentejo colaborasse com projetos de reabilitação para o parque de merendas e envolvente do Cruzeiro. Em relação ao Cruzeiro, deveria passar-se, numa fase inicial, por uma consolidação do edifício, que atualmente se encontra em estado avançado de degradação. Toda a restante envolvente carecia de uma intervenção, que permitisse transmitir uma leitura coerente e condigna com toda a restante intervenção levada a cabo. Perspetivava-se também a elaboração de

uma monografia e panfletos de divulgação, com vista a uma boa difusão das intervenções e de forma que fosse mais uma fonte de receita. Para além de todas as entidades referenciadas, equacionava-se também o envolvimento do Mecenato Privado no financiamento destas intervenções, enquanto parceiros, a envolver por via de contrapartidas a estudar, em termos de publicidade ou outros. Pretendia-se, com as intervenções projetadas, proporcionar uma maior vivência dos espaços, colocando à disposição do público, não apenas as zonas atualmente visitáveis, mas sim, a totalidade das áreas que constituem o Santuário de Nossa Senhora D'Aires. Subsidiariamente, algumas das intervenções poderiam vir a constituir fontes de receitas futuras, de forma a garantir a sustentabilidade da gestão do Santuário, que permitissem, sem encargos para o erário público ou minimizando-os, garantir os meios financeiros que assegurassem a sua conservação, evitando-se assim a sua progressiva degradação por falta de meios de investimento, bem como permitir e encarar de forma sustentável o futuro do Santuário de Nossa Senhora D'Aires, em Viana do Alentejo.

Como nota final, referiu este membro que, como se costuma dizer, o caminho faz-se caminhando e para se iniciar qualquer caminhada, há que dar os primeiros passos, estando convicto que os primeiros passos foram efetivamente dados, lamentando que o projeto em questão para o Santuário não tenha tido o melhor seguimento. Referiu que foi uma oportunidade perdida de se avançar com um projeto concreto de requalificação para o Santuário de N^a. S^a. D'Aires, tanto mais, que todas as pessoas já envolvidas no projeto estavam a trabalhar gratuitamente, ou seja, pro bono. O mesmo membro referiu ainda, que é importante não se esquecer que estamos a começar um novo Quadro Comunitário de Apoio e neste sentido é importante que todos nós estejamos sensibilizados para que a requalificação do Santuário de N^a. S^a. D'Aires, seja uma realidade no futuro.

O membro Nuno Grave disponibilizou os memorandos das atas e toda a documentação inerente ao projeto para quem quiser consultar.

O senhor Presidente da Assembleia deixou o seu lamento em relação à forma de como o processo se encontra. Referiu que se poderá perder a oportunidade de requalificar o Santuário, por se “pensar pequeno”.

O senhor Presidente da Câmara referiu que, dentro do possível, a Câmara sempre tem colaborado com todas as Entidades do concelho, nomeadamente com a Paróquia de Viana do Alentejo, pelo que estará disponível para continuar a colaborar nesta matéria. Adiantou o senhor Presidente já ter felicitado a Paróquia de Alcáçovas, por ter aproveitado os fundos comunitários ainda do anterior Quadro Comunitário (QREN) para a recuperação da sua Igreja Matriz.

O senhor Presidente da Câmara referiu também ter conhecimento da existência de um projeto para a requalificação do Santuário da Senhora D'Aires que está a ser elaborado pela Paróquia de Viana do Alentejo e para o qual foi disponibilizado pela Autarquia apoio técnico. Adiantou o senhor Presidente que agora todos temos de apoiar este projeto que irá ser candidatado ao próximo Quadro de Fundos Comunitários e disse ter confiança de que este mesmo projeto será aprovado e que a obra em questão virá a ser uma realidade.

O membro José Luis Pacheco referiu, a este propósito, que vivemos num estado laico mas infelizmente tem-se assistido, nos últimos anos, ao aumento do poder da igreja, incrementado

infelizmente no governo de António Guterres. Referiu também este membro que a freguesia de Viana do Alentejo, desde que tem memória, tem sido maioritariamente muito mal servida pelos pastores da Igreja Católica. A maioria desses “pastores da Igreja em vez de apascentarem o rebanho do Senhor, estão mais preocupados em serem agentes imobiliários”. Nesse sentido, disse este membro que o atual clérigo e alguns elementos da Fábrica da Igreja Paroquial se prestam a manobras pouco claras de aquisição de posse por usucapião de alguns imóveis, em Notários especialistas nestes tipos de procedimentos, sediados ali para as bandas de Montemor. Acrescentou que, por este método, assistimos incrédulos à mudança da posse de duas Igrejas que estavam afetas à Junta de Freguesia de Viana, e ainda tudo aquilo que podem pescar por este processo. Referiu ainda este membro que, para dar alguma credibilidade jurídica a tudo isto são arroladas testemunhas, muitas delas eventualmente mentindo descaradamente, porque não conhecem este imbróglio, ou porque são muito novas para terem memória histórica.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta no final da mesma, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara – Quanto à informação sobre a atividade da Câmara, não se verificaram quaisquer intervenções.

Ponto três) Proposta de aprovação do Regulamento do Sistema da Indústria Responsável (SIR) – O senhor Vice-Presidente apresentou sumariamente a Proposta do Regulamento do Sistema da Indústria Responsável, cuja finalidade é regulamentar o exercício da atividade industrial e a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis. Acrescentou que após decurso do prazo da discussão pública a que o mesmo foi sujeito, não se registou qualquer participação. A proposta do Regulamento foi então votada, tendo sido aprovada por unanimidade.

Ponto quatro) Pedido de autorização para celebração de contrato de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Viana do Alentejo – Previamente à discussão deste ponto da ordem de trabalhos, ausentou-se o membro Joaquim Rodolfo Viegas, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, por se encontrar impedido.

O senhor Presidente da Câmara referiu que, havendo necessidade da construção de um novo Posto de Transformação de Média Tensão para garantir a qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica aos consumidores, o local adequado para tal será nos Sanitários Públicos existentes junto ao Castelo de Viana, ficando a remodelação dos mesmos a cargo da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, por forma a que o referido local, para além da valência de Sanitários Públicos, passe a comportar o referido Posto de Transformação.

A este propósito, o membro Joaquim Teixoeira perguntou se o espaço a ceder à EDP para a construção do novo Posto de Transformação, é gratuito, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que sim.

O membro José Luis Pacheco referiu que nas obras de Requalificação do Centro Histórico de Viana do Alentejo, foram também parcialmente remodeladas as redes de distribuição em baixa tensão e de iluminação pública, as redes de distribuição foram reforçadas e melhoradas, tendo como premissa para a sua total eficácia, a construção de um novo Posto de Transformação na parte central da Vila, pois só desta forma ficaria assegurada a qualidade global do serviço de distribuição de energia elétrica aos consumidores. Referiu também que esta localização tem facilitada a chegada em média tensão, pois fica no ponto central da rede que é necessário reforçar. Referiu ainda este membro ter indicado que o edifício dos Sanitários Públicos reunia boas condições de centralidade para poder albergar o referido posto de transformação, sendo importante realçar que foi importante averiguar-se que podiam manter-se os mesmos Sanitários Públicos, pois a área do imóvel é suficientemente ampla para albergar as duas serventias, necessitando para o efeito da execução de algumas obras.

O membro António Inácio Lopes referiu que sempre defendeu este tipo de contratos, concordando plenamente com o agora apresentado.

Votado o contrato de delegação de competências, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto cinco) Pedido de autorização à Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais decorrentes da fiscalização da Empreitada de Reutilização do Paço dos Henriques, Capela de Nossa Senhora da Conceição e Jardins, em Alcáçovas

– O senhor Presidente referiu que, como é do conhecimento, deu entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja uma Providência Cautelar e uma Ação Judicial, interpostas pelo concorrente Sá Machado & Filhos, S., contestando a adjudicação da Empreitada acima referida à Empresa “Construtora Vila Franca, Ld.ª”. Contudo e dada a possibilidade da situação se desbloquear, solicita-se esta autorização à Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais decorrentes da fiscalização da Empreitada de Reutilização do Paço dos Henriques, Capela de Nossa Senhora da Conceição e Jardins, em Alcáçovas, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado ao público.

Neste período o senhor Vereador João Pereira referiu, em relação à Requalificação do Santuário de Nossa Senhora D’Aires, estar desagrado com a situação existente, preocupando-lhe principalmente as condições em que os ex-votos existentes na Casa dos Milagres se encontram, devendo-se criar as condições necessárias para a sua importante preservação.

O membro Nuno Grave, a este propósito, referiu que a Universidade de Évora possui uma área de restauro no Laboratório Hercules, pelo que, havendo um acordo, a preservação e restauro dos mesmos poderia passar por aí.

O senhor Presidente da Assembleia, após aprovação por unanimidade da minuta relativa a esta ata, declarou encerrada a sessão às vinte e três horas e quinze minutos.

Aprovada a 27 de novembro de 2014.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
